- LIV -**NOVOS DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
APÓS A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DO MEC Nº 1.144/16****Nanine Renata Passos dos Santos Pereira**Professora do Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil
santos.nanine@yahoo.com.br**Giovana Aparecida Velame**Professora da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES, Brasil
giovanavelame@hotmail.com**Introdução do problema**

O reconhecimento das diferentes dimensões do aluno, enxergando-o não apenas pelo aspecto intelectual, mas também por sua totalidade como ser humano, é o principal foco da Educação em Tempo Integral. Ela se propõe a estabelecer as condições para que todos os estudantes sejam beneficiados, independente das peculiaridades do indivíduo inserido nesse mesmo contexto escolar (MENDONÇA, 2015). Portanto, não se pode pensar a ampliação da jornada escolar exclusivamente sob a lente do que preconiza a Portaria do MEC nº 1.144/2016; o direito à educação deve contemplar o ser humano em múltiplas possibilidades, sempre na intenção prioritária de viabilizar a inclusão, inserindo nesse processo todos os alunos, sem qualquer tipo de distinção. De acordo com o artigo 1º do documento citado: “Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, [...]”. Portanto, o que se pode verificar é um evidente retrocesso, pois as ações destinadas a cumprir a pauta das prerrogativas de Salamanca para a educação inclusiva, inseridas na legislação e implantadas nas escolas do ensino regular em todas as suas etapas (MENDES, 2006; BRASIL, 1999), estão claramente sendo descumpridas a partir das alterações contidas no Novo Mais Educação.

Como avançar concretamente nas ações destinadas à educação especial, voltadas para a Educação em Tempo Integral, se o que se institui ajuda a limitar o que se desenvolve no contraturno a duas áreas de conhecimento, português e matemática, conferindo-lhes maior carga horária, em detrimento de outros saberes, de diferentes habilidades e inteligências? Uma educação mais justa e democrática precisa ser pensada, primeiramente, por meio da adequação do currículo à realidade encontrada em cada escola, em cada comunidade, proporcionando atividades pertinentes, as quais correspondam às especificidades dos

alunos, a fim de lhes propiciar condições compatíveis de oportunidades que revertam em melhor aproveitamento para todos (MOLL et al., 2011; BRASIL, 2008; MENDES, 2006; MAZZOTTA, 2001).

Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é refletir sobre o que pode ser feito para combater a desconstrução sorrateira de direitos à acessibilidade e à permanência de alunos com necessidades especiais na Educação em Tempo Integral, imposta por ações orquestradas por uma política de cortes de “gastos”, negando qualificação aos profissionais e espaços adequados para diferentes atividades educativas aos estudantes, os quais, muitas vezes, acabam confinados dentro da escola, reféns do “mais do mesmo”.

Desenvolvimento

Em Vitória, a implantação da Educação em Tempo Integral ocorre bem antes da criação do Programa Mais Educação. Aquilo que já era feito no município somado aos recursos provenientes do Mais Educação, gerou um crescente ajuste das unidades de ensino às atividades oferecidas pela Educação em Tempo Integral, além de uma ampliação no número de vagas em cada unidade de ensino. Nesse processo, a parceria entre a Educação Integral e a Educação Especial foi aos poucos fortalecida. Hoje a realidade é que “a Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos” (ALONSO, 2014, p.3). O tempo na escola deve destinar-se a uma educação que engloba formação e informação e, para além de práticas pedagógicas, outras atividades significativas para a construção da cidadania participativa e responsável. “É assim que essa educação se faz, concomitantemente sensitiva, intelectual, artística, esportiva, filosófica, profissional e, obviamente, política” (COELHO, 2004, p. 6).

Cunha (2013) constata, em pesquisa intitulada “O aluno com deficiência na escola integral contemporânea”, na qual ele analisa os efeitos do Programa Mais Educação para os alunos com deficiência em Viamão/RS, que as atividades do Mais Educação apresentaram resultados exitosos ao inserirem estudantes da Educação Especial. O elemento de discussão com as famílias foi estabelecido por meio dos resultados do desempenho e aproveitamento dos estudantes da Educação Especial, matriculados no ensino regular dentro do Programa Mais Educação. Ele conclui que, mesmo encontrando ainda resistência para a inserção de estudantes da Educação Especial na Educação em Tempo Integral, as experiências já demonstram que a inclusão beneficia a todos os que participam do programa, assim como a sociedade, porque se expande para além dos muros da escola.

Conclusões

É notória a relevância do atendimento aos alunos com necessidades especiais na Educação em Tempo Integral. No entanto, a Portaria nº1.144/16, ao restringir a abrangência das atividades a serem desenvolvidas priorizando a alfabetização e o ensino de língua portuguesa e matemática, dificulta a implementação de um currículo que atenda às especificidades dos estudantes com necessidades especiais.

O que, no final de 2017, asseverou ainda mais essa situação foi atrelar a seleção das escolas a serem contempladas com recursos do PNME (Programa Novo Mais Educação) ao IDEB. O fator de maior relevância passa a ser o IDEB de cada unidade de ensino.

Torna-se, então, urgente entender o que pretende esse novo programa. É preciso garantir o direito ao acesso e à permanência do estudante com necessidades especiais.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2008.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº1.144 de 1 de outubro de 2016 Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União. Brasília, 11 de out de 2016.

CAVALIERE, A.M.V. Notas sobre o conceito de educação integral. In: COSTA COELHO, L.M.C. (Org). Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo. Petrópolis, RJ: DP et alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 23/jan./2017.

GUARÁ, I. É preciso educar integralmente. São Paulo: n. 2; Cadernos Cenpec, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/168-256-1-SM.pdf>> Acesso em: 12/jan./2017.

GIL, A.C. **Estudo de Caso**: fundamentação científica subsídios para coleta e análise de dados como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade de São Carlos, **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MENDONÇA, A.A.S. **Educação especial e Educação Inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. Uberaba: VIII Encontro de Pesquisa em Educação, III Congresso Internacional Trabalho Docente e Processos Educativos, UNIUBE, 2015.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F.P. **A Pesquisa Científica**. In: GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. Métodos de pesquisa. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.